



**ESTADO DE GOIÁS
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
CONVÊNIO SAESP - UEG
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ALTOS ESTUDOS DE
SEGURANÇA PÚBLICA – CAESP**



PAULO HENRIQUE SEGATO DE MELO

ROMARIA DO DIVINO PAI ETERNO: AMEAÇAS E OPORTUNIDADES

**GOIÂNIA
2014**

TENENTE CORONEL PM – PAULO HENRIQUE SEGATO DE MELO

ROMARIA DO DIVINO PAI ETERNO: AMEAÇAS E OPORTUNIDADES

Trabalho de Conclusão do Curso de pós-graduação em Altos Estudos de Segurança Pública da Superintendência da Academia Estadual, em convênio com a Universidade Estadual de Goiás, apresentado como requisito parcial para obtenção do título de especialista em Altos Estudos de Segurança Pública.

Orientador: Professor MSc Carlos Sergio Souza Pinto de Almeida Franco.

**GOIÂNIA
2014**

TENENTE CORONEL PM – PAULO HENRIQUE SEGATO DE MELO

ROMARIA DO DIVINO PAI ETERNO: AMEAÇAS E OPORTUNIDADES

Trabalho de Conclusão do Curso de pós-graduação em Altos Estudos de Segurança Pública da Superintendência da Academia Estadual, em convênio com a Universidade Estadual de Goiás, apresentado como requisito parcial para obtenção do título de especialista em Altos Estudos de Segurança Pública.

Aprovado em 04 de junho de 2014.

BANCA EXAMINADORA

Professora Doutora Christhyan Martins Castro Milazzo
Presidente

Professor Mestre Carlos Sergio Souza Pinto. de A. Franco – TC QOBM
Orientador

**GOIÂNIA
2014**

ROMARIA DO DIVINO PAI ETERNO: AMEAÇAS E OPORTUNIDADES

RESUMO --- O artigo promove uma abordagem sobre as ameaças e oportunidades do policiamento ostensivo da Polícia Militar do Estado de Goiás, relacionadas à Romaria do Divino Pai Eterno que ocorre na cidade de Trindade – Goiás, desde o ano de 1843. Tem como principal alvo demonstrar que a função de garantir a segurança da sociedade e a de preservação da ordem pública outorgada constitucionalmente à Polícia Militar, deve ser efetivada por intermédio de um policiamento estratégico eficaz. A pesquisa bibliográfica e documental foi utilizada como meio principal de levantamento de dados necessários para a formulação do presente trabalho, tendo sido consultados, ainda, os doutrinadores de Direito Administrativo, além dos estudiosos de outras áreas do conhecimento. Também utilizou-se a pesquisa de campo, sendo realizadas entrevistas, por meio de questionário aberto aplicado os quatro últimos comandantes do 22º Batalhão da Polícia Militar. Uma das ameaças identificadas para que o evento não ocorra de maneira eficaz é não contar com as parcerias do Governo do Estado de Goiás, do governo municipal de Trindade e da Igreja Basílica e Matriz. O trabalho mostrou que houve significativo decréscimo nos índices de homicídios, assaltos, roubos, à medida em que a PM/GO atuava por meio de seu policiamento ostensivo eficaz.

ABSTRACT--- The article promotes an approach to the threats and opportunities of patrolling the Military Police of the State of Goiás, related to the Pilgrimage of Divine Eternal Father that occurs in the city of Trinidad - . Goiás, since the year 1843 has as main aim to demonstrate that the function to ensure the safety of society and the preservation of public order constitutionally granted to the Military Police, must be made through a eficaz. A strategic policing literature and documents were used as the primary means of data collection necessary for the formulation of this work, having also been consulted scholars of administrative law, in addition to scholars from other fields of knowledge. Also used the field research, interviews being conducted through open questionnaire the last four commanders of the 22nd Military Police Battalion. One of the threats identified so that the event does not occur is not effectively rely on partnerships the Government of the State of Goiás, the municipal government of Trinidad and Mother of the Church and the Basilica. The study demonstrated a significant decrease in the rate of homicides, assaults, robberies, to the extent that the PM / GO acted through its effective patrolling .

Palavras-chave: Romaria. Policiamento. Polícia Militar.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	05
2 DESENVOLVIMENTO	06
2.1 Breve histórico da Romaria do Divino Pai Eterno.....	06
2.2 Do poder de polícia e a Policia Militar do Estado de Goiás.....	09
3 RESULTADOS DA PESQUISA.....	13
3.1 Questionários aplicados.....	13
3.2 Comparação entre o ano de 2013 com os anos anteriores.....	20
3.3 Resultados da Pesquisa	27
4 CONCLUSÃO.....	26
REFERÊNCIAS	08
APÊNDICE.....	30

1 INTRODUÇÃO

O artigo 144 da Constituição Federal de 1988 assegura ser dever do Estado a segurança pública, sendo a Polícia Militar um dos órgãos competentes para exercê-la. No parágrafo 5º do mencionado artigo define que cabem às Polícias Militares a competência de polícia ostensiva e preservação da ordem pública.

Compreende-se o policiamento ostensivo como sendo uma modalidade que se caracteriza pela evidência do trabalho da polícia prestado a sociedade, utilizando-se de viaturas caracterizadas, uniformes adequados de tornar os agentes policiais visíveis por todos. Assim sendo, a atividade de policiar incide na fiscalização de procedimentos e atividades satisfatórias ou manter a ordem pública, dominando e prevenindo crimes, transgressões, infrações de trânsito e cuidando pelo respeito dos indivíduos à legislação. Deste modo, tal modalidade de policiamento tem por desígnio principal apreender visibilidade à população, proporcionando o aumento da percepção de segurança, de configuração preventiva, por demonstrar a força e a presença estatal.

A escolha pelo presente tema se justifica pelo fato de mostrar a festa popular intitulada Romaria do Divino Pai Eterno que acontece na cidade de Trindade – Goiás, não poderá ser realizada de maneira efetiva sem a ação policial militar, pois por meio desta ação é garantida a segurança da sociedade.

O objetivo geral do presente estudo foi a apresentação de uma análise geral das ameaças e oportunidades, para o policiamento ostensivo da Polícia Militar do Estado de Goiás, relacionadas à Romaria do Divino Pai Eterno.

Os específicos foram: apresentar um breve histórico da Romaria do Divino Pai Eterno; discorrer sobre a parceria entre o governo do Estado de Goiás e a prefeitura de Trindade, com foco na efetividade do policiamento ostensivo na referida festa popular e sua importância estratégica; discorrer sobre as ameaças e oportunidades que a Polícia Militar encontra na realização da Romaria do Divino Pai Eterno; apresentar pesquisa de opinião sobre a atuação dos quatro últimos comandantes do 22º Batalhão da Polícia Militar e por fim mostrar a importância da atuação da Polícia Militar na redução de crimes ocorridos durante a Romaria do Divino Pai Eterno.

Utilizou-se, na elaboração do presente trabalho, o método dedutivo, valendo-se, principalmente, de pesquisas bibliográficas, legislação, doutrina, artigos de

periódicos, entre outros. Também se utilizou a pesquisa de campo, sendo realizadas entrevistas, por meio de questionário aberto com os cinco últimos comandantes do 22º Batalhão da Polícia Militar na Romaria do Divino Pai Eterno.

A pesquisa bibliográfica e documental foi utilizada como meio principal de levantamento de dados necessários para a formulação do presente trabalho, tendo sido consultados, ainda, os doutrinadores de Direito Administrativo, além dos estudiosos de outras áreas do conhecimento.

Assim, este trabalho tem como principal alvo demonstrar que a função de garantir a segurança da sociedade e a de preservação da ordem pública outorgada constitucionalmente à Polícia Militar, num evento de grande porte deve ser efetivada por intermédio de um policiamento estratégico eficaz.

Diante do tema exposto, surgiu o seguinte questionamento: Quais as ameaças e oportunidade que o policiamento ostensivo da Polícia Militar encontra na realização da Romaria do Divino Pai Eterno?

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 Breve histórico da Romaria do Divino Pai Eterno

O início da romaria não foi registrado documentalmente, por isso são apontadas algumas versões. Existe no arquivo da Paróquia de Trindade uma anotação (aliás, a mais antiga) que se refere à data do início da Romaria. Trata-se de uma observação feita por Manuel Pio Assunção, zelador da Capela de Barro Preto, entre 1877 e 1885 que, em 1898, anotou de modo controverso, o seguinte: “Está decorrendo quarenta e dois anos, mais ou menos, que Constantino Xavier, casado com Ana Rosa deu princípio a Romaria do Padre Eterno de Barro Preto de Goiás” (JACÓB, 2000).

Todavia, esta anotação confronta textualmente com o atestado de óbito de Constantino Xavier, em 1854, anotado no Livro de Óbitos da Matriz de Campinas: “Aos 16 dias de abril de 1854, foi sepultado na Matriz de Campinas, Constantino Xavier Maria, casado com Anna Rosa, morador em Trindade e para constar fiz este termo Vgro Basílio Antonio de Santa Bárbara” (JACÓB, 2000).

Outra anotação noticiou a existência de Barro Preto em 1848, e se encontra no Livro de Batizados da mesma Matriz de Campinas. Nela consta o assento de batismo de um neto de Constantino Xavier:

No dia 15 de agosto de 1848, nesta igreja matriz de Nossa Senhora da Conceição, batizei solenemente Sabino, filho legítimo de José Constantino Xavier e de Maria José, nascido aos dias 11 de julho de 1848, moradores do Barro Preto. Vgro Basílio Antônio de Santa Bárbara (JACÓB, 2000).

No "Arraial do Devoto da Santíssima Trindade", editado pelos Padres Redentoristas no ano de 1905, existe uma afirmação que se pode considerar fidedigna porque confirmada por outras fontes em 1843, o povo já se ajuntava para rezar, tanto que Constantino construiu uma Casa de Oração, o primeiro templo: "O dito Constantino Xavier construiu pelos anos de 1843, uma pequena casa de oração, coberta de buriti, onde colocou a dita imagem e onde se reuniram cada dia, os vizinhos para rezar terço" (JACÓB, 2000).

A historiadora goiana Maria Augusta Calado Saloma Rodrigues afirma que em 1842 o Padre Basílio de Santa Bárbara rezou a primeira missa em Barro Preto e que a Romaria teve início, segundo consta, pelo ano de 1840.

O jornal "Santuário de Trindade" nº 65 de 01/07/1924 trata com clareza, do assunto no que se refere à origem do medalhão de barro na edição do órgão oficial de divulgação do Santuário, foi um excelente artigo sobre o fundador da Romaria, Constantino Xavier e, a certa altura do texto, lê-se o seguinte:

O nosso bom mineiro não perdeu a coragem. Era muito religioso e punha toda a sua confiança em Deus. Como todo bom mineiro da gema, trouxe da sua terra o "Santo", de sua devoção. Era mais verônica do que imagem, representando as três pessoas da Santíssima Trindade coroando Nossa Senhora Maria Santíssima. Perante esse seu tesouro religioso, que ocupou um lugar de honra em sua casa, Constantino costumava reunir sua família e rezar o terço (DEUS; SILVA., 2002).

No ano de 1894, chegaram os missionários redentoristas, vindos da Alemanha, para cristianizarem a Romaria de Trindade. A austeridade é a principal característica daquele povo, em todas as fases da história. Aqueles missionários procuraram inicialmente conhecer a história, os fatos geradores do movimento religioso, ouvindo as pessoas envolvidas e observando particularidades do lugar.

Em 1905 o Padre Gebardo, onze anos após a chegada dos missionários redentoristas ao Santuário de Barro Preto, escreveu o “Manual do Devoto da Santíssima Trindade”.

Nesse manual está a mais antiga referência sobre a origem da medalha de barro; o relato é o mais exato, honesto e prudente que o missionário alemão pode concluir.

Este Santuário, chamado do Divino Padre Eterno tem como as maiores obras de Deus, uma origem muito humilde. O Sr. Constantino Xavier Maria e sua mulher Anna Rosa, moradores do Barro Preto, possuíam uma pequena imagem em forma de medalha, feita de barro e representando a Santíssima Trindade no ato de coroar a Santíssima Virgem Maria: a imagem, alto relevo, mediu apenas dez centímetros de altura e oito de largura (DEUS; SILVA, 2002, p. 71).

Assim, conforme toda documentação existe a também baseada na tradição oral: consequentemente a cidade de Trindade começou com a reza do terço diante do medalhão de barro em que se via a Santíssima Trindade coroando Nossa Senhora.

Em 05 de setembro de 1850 o Patrimônio da Capela que era bem pequena foi doado ao Divino Padre Eterno, sendo doador Constantino Xavier Maria e sua esposa Anna Rosa. Segundo o “Santuário de Trindade” nº 2 /1956, a escritura foi assinada por Dona Anna Rosa. Isto faz deduzir que Constantino era analfabeto ou estava de alguma forma, incapacitado pois foi a esposa que assinou a escritura. Esse terreno doado foi avaliado em 200.000,00 (duzentos mil réis). O registro dessa doação deu-se em 06/08/1858, sendo pago uma taxa de R\$ 1.160,00 (um mil, cento e sessenta réis). Recebeu a escritura registrada o Vigário de Campinas Padre Azevedo do Nascimento.

A primeira festa oficial deve ter acontecido em 1843 porque nesta data, a medalha deixou o recinto residencial e teve lugar próprio, a Casa de Oração, que era coberta com folhas de buriti.

Em 1866 foi demolida a Casa de Oração para construírem uma Capela maior “coberta de telhas” conforme o depoimento de Manoel Pio que, sem acerto, diz que foi o próprio Constantino Xavier que fez esta segunda capela. Constantino Xavier morreu em 1854. O Manual do Devoto da Santíssima Trindade, 1905, também conta esta versão que, na verdade, foi repassada ao redator pelo próprio Manoel Pio:

Considerando a devoção sempre mais crescente do povo o dito Constantino Xavier e sua mulher Ana Rosa tiveram a ideia de construir com as esmolas ofertadas ASS. Trindade, uma capela maior e mais decente, ideia que realizaram no ano de 1866. Ao mesmo tempo o dito casal deu para o patrimônio do Divino Padre Eterno um terreno que principiando na Cruz das Almas, desce pelo veio do Córrego Barro Preto até completar uma légua de comprimento. O Sr. Luiz de Souza cedeu para o patrimônio outro terreno que tinha comprado de Appolinario Gonçalves Manso. Dali em diante, argumentou-se ainda mais a afluência do povo à capela do Divino Padre Eterno, e na proporção das suplicas e da confiança, multiplicaram-se as graças em todas as partes pela invocação ao Divino Padre Eterno. A capela já não podia conter o povo pelo que se deu a princípio a construção do nosso templo (JACÓB, 2000, p. 270).

O Santuário do Barro Preto foi iniciado por pessoas piedosas, Constantino Xavier e sua esposa Ana Rosa, Valentim Romão e Luis de Sousa. Essa feição de piedade da romaria durou até 1876, data em que a capela de Trindade foi provisionada.

2.2 Do poder de polícia e a Policia Militar do Estado de Goiás

Compreende-se que o poder de polícia é constituído necessariamente nas limitações atribuídas à liberdade e propriedade dos cidadãos, regulando-se sempre o exercício deste poder, nos parâmetros da lei, que, por sua vez, constitui a moldura jurídica dos direitos e garantias dos cidadãos, assegurados na Constituição Federal de 1988.

Conforme o art. 78 do Código Tributário Nacional:

Art. 78. Considera-se poder de polícia como sendo uma atividade da administração pública que, limitando ou disciplinando direito, interesse ou liberdade, regula a prática de ato ou abstenção de fato, em razão de interesse público concernente à segurança, à higiene, à ordem, aos costumes, à disciplina da produção e do mercado, ao exercício de atividades econômicas dependentes de concessão ou autorização do Poder Público, à tranquilidade pública ou ao respeito à propriedade e aos direitos individuais ou coletivos.

Parágrafo único. Considera-se regular o exercício do poder de polícia quando desempenhado pelo órgão competente nos limites da lei aplicável, com observância do processo legal e, tratando-se de atividade que a lei tenha como discricionária, sem abuso ou desvio de poder. (BRASIL, 1966).

O poder de polícia propende, à proteção dos bens, dos direitos, da liberdade, da saúde, do bem-estar econômico. Institui uma limitação à liberdade individual, mas tem por fim assegurar esta própria liberdade e os direitos essenciais ao homem.

Na Constituição Federal de 1988, são encontradas claras limitações às liberdades pessoais (art. 153, §§ 5º e 6º); à manifestação do pensamento e à divulgação pela imprensa (art. 153, § 8º); ao direito de propriedade (art. 153, § 22); ao exercício das profissões (art. 153, § 23); ao direito de reunião (art. 153, § 27) aos direitos políticos (art. 154), à liberdade de comércio (art. 160). Da mesma forma, encontra-se no código Civil regulamento ao exercício dos direitos individuais, bem como ao seu uso normal, proibido o abuso (art. 188 § único), e, no que diz respeito ao direito de construir, além de sua normalidade, condiciona-o ao respeito, aos regulamentos urbanos e ao direito dos vizinhos (arts. 1277, caput e 1299).

Conforme Gasparine (2012) a cada advertência de direito individual, expressa ou subentendida em norma legal, corresponde equivalente poder de polícia administrativa à Administração Pública, para torná-la eficaz e fazê-la obedecida. Isto porque esse poder encontra-se embasado no interesse superior da coletividade em relação ao direito particular do indivíduo que a compõe.

No Estado democrático de direito, é permitido o exercício da cidadania, concedendo liberdades públicas, asseverando o uso normal dos direitos individuais, não autorizando, contudo, o abuso ou o exercício desses direitos em detrimento da coletividade. Conforme Di Pietro (2012) mesmo as liberdades garantidas constitucionalmente, são admitidas limitações condicionadas ao bem-estar social. Essas advertências ficam a cargo da polícia administrativa, definida esta, bem como suas atribuições e limitações na legislação pátria, que não admite a autoridade anular as liberdades públicas ou extinguir os direitos fundamentais do indivíduo, assegurados na legislação pertinente.

O poder de polícia da Administração Pública é constituído em limitações impostas pelo Poder Público à liberdade e à propriedade dos administrados, dentro dos limites da lei, que por sua vez regulamenta os direitos e as garantias constitucionais (BRASIL, 1988).

Tudo isso surge em decorrência da ação da sua polícia administrativa, que por seu turno, não se confunde com a polícia judiciária, ou seja, a polícia civil (Federal ou Estadual) juridicamente subordinada ao Código Penal e cujo desempenho é de natureza investigativa e ostensiva, sobre as pessoas, de forma individual ou geral.

Também essas não carecem ser confundidas com a chamada polícia de manutenção da ordem pública (Polícia Militar) que, juridicamente subordinada a um

Código Penal Militar, também age de forma ostensiva sobre as pessoas. Se ressalte aqui que essa polícia "concorre" com a polícia judiciária, que, de regra, é a que deve cuidar da ordem estatal interna, não havendo entre elas unidade ou cooperação, apesar de projetos legislativos de unificação, havendo sim, em muitos casos, conflitos de competência na sua atuação.

É importante ressaltar segundo Mello (2010) que a polícia administrativa é a que incide sobre bens, direitos ou atividades, enquanto a polícia judiciária incide sobre as pessoas. Desta forma o poder de polícia judiciária é privativo dos órgãos acessórios da Justiça, como por exemplo, o Ministério Público ou as Polícias Federal, Civil e Militar, enquanto que o poder de polícia administrativa pertence a todos os órgãos administrativos, de todos os Poderes e entidades públicas, ou seja, quando a autoridade apreende veículo ou aplica multa ao motorista por infração de trânsito, pratica ato de polícia administrativa e quando prende o motorista por infração penal, pratica ato de polícia judiciária.

Deste modo, é apresentada de maneira constante na doutrina pátria, a eloquência com que os doutrinadores esclarecem o poder que tem o administrador público no exercício de suas funções, quando da imposição de medidas restritivas do direito individual em benefício do interesse da sociedade e da preservação do próprio Estado, aduzindo ainda que esse poder é inerente a toda Administração e se reparte entre todas as esferas administrativas.

Como já aduzido, se de um lado, essas polícias (Judiciária e Militar) agem sobre as pessoas, a polícia administrativa age sobre bens, direitos e atividades exercidas na sociedade civil que possam afetar a coletividade, sendo esse, portanto, o cerne de diferenciação. Em que pese a atividade de polícia administrativa ser essencialmente preventiva, não obsta que algumas vezes seus agentes ajam repressivamente, como por exemplo na apreensão de mercadorias comercializadas sem a devida autorização (alvará, inscrição no CNPJ, etc); ou seja, enquanto a polícia judiciária presta-se a apurar as infrações penais, tendo por objeto a pessoa a polícia administrativa tem por objeto a propriedade e a liberdade, prestando-se a limitar o exercício do direito individual para que não seja exercido em detrimento da coletividade.

Medauar (2010, p. 598) mostra a principal distinção entre a polícia administrativa e judiciária:

A Polícia Administrativa é a que restringe o exercício de atividades lícitas, reconhecidas pelo ordenamento como direito dos particulares, isolados ou em grupo, enquanto que a Polícia Judiciária visa impedir o exercício de atividades ilícitas, vedadas pelo ordenamento. A Polícia Judiciária auxilia o Estado e o Poder Judiciário na prevenção e repressão de delitos; e auxilia o Judiciário no cumprimento de suas sentenças, conforme o que está previsto na Constituição Federal.

Pode-se compreender assim, que ambas não se confundem, isto porque a Polícia Administrativa é basicamente preventiva, apesar de que algumas vezes seus agentes atuem repressivamente, quando acontece a apreensão de mercadorias impróprias ao consumo público ou a suspensão de uma reunião tida como ilegal, enquanto que a Polícia Judiciária é notadamente repressiva.

A Constituição Federal traz em seu texto a finalidade da Polícia Militar, suas divisões e competências:

Art. 144. A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos:
V - polícias militares e corpos de bombeiros militares.

§ 5º - às polícias militares cabem a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública; aos corpos de bombeiros militares, além das atribuições definidas em lei, incumbe a execução de atividades de defesa civil.

§ 6º - As polícias militares e corpos de bombeiros militares, forças auxiliares e reserva do Exército, subordinam-se, juntamente com as polícias civis, aos Governadores dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios (BRASIL, 1988).

A Carta Magna previu a segurança pública como um dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, para a garantia e preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio.

É importante ressaltar que ao Estado cabe garantir e manter a segurança pública e ele faz por meio dos órgãos descritos no artigo 144 da Carta Magna, quais sejam; polícia federal, polícia, polícia rodoviária federal, polícia ferroviária federal, polícia civil, polícia militar, e corpo de bombeiros militares, mas cada qual dentro de suas competências constitucionais.

Como se pode observar o legislador faz menção às polícias militares e aos corpos de bombeiros militares, o primeiro é responsável pela manutenção da ordem pública e da incolumidade das pessoas e dos patrimônios, já o segundo é incumbido além das atribuições definidas em Lei, da execução de atividades de defesa civil.

3 RESULTADOS DA PESQUISA

3.1 Questionários aplicados

Foram realizadas entrevistas por meio de um questionário aberto, contendo 16 questões, sendo as mesmas respondidas pelos quatro últimos comandantes do 22º Batalhão da Polícia Militar que comandaram o policiamento da Tradicional Festa popular.

O intuito desta pesquisa foi a de se obter melhores conhecimentos sobre as ameaças e oportunidades para o policiamento ostensivo da Polícia Militar do Estado de Goiás, relacionadas à Romaria do Divino Pai Eterno, a fim de fazer uma comparação entre como era realizado o policiamento ostensivo da Polícia Militar nos anos anteriores com a última festa realizada no ano de 2013.

O primeiro respondente entrevistado exerceu sua função no ano de 2005, 2006 e 2007. A festa foi realizada em dez dias, teve como os principais eventos a caminhada da fé, procissões e novenas, desfiles de carros de boi, show artísticos, desfile de cavaleiros e missas todos os dias.

O mesmo disse que não houve monitoramento por meio de câmeras, e, segundo ele, o efetivo ordinário não foi suficiente, ao contrário do extraordinário que foi suficiente, pois o Comandante da Academia de Polícia Militar reforçou o policiamento com todos os alunos, totalizando 1.200, nos últimos quatro dias da festa. Neste ano o número de viaturas também não foi satisfatório.

Em se tratando da interação do mesmo com o comando da Polícia Militar, respondeu que não houve contato com o comandante da PMGO, sendo estes contatos feitos com o chefe do Estado Maior.

A interação com o Governo Municipal foi boa, pois todas as reivindicações ao prefeito foram atendidas, tal qual a colocação de câmeras para a proteção dos romeiros durante a romaria.

Quanto à interação com a Igreja Católica, “Matriz e Basílica”, também foi favorável, pois foram realizadas reuniões com o reitor do santuário a época das festividades.

De acordo com ele os índices de criminalidade no período não foram muito favoráveis. Mesmo tendo aplicado o policiamento usando círculos: colocando policiais a pé no primeiro círculo, motocicletas no segundo, cavalarianos no terceiro

e viaturas no quarto círculo, houve registros de ocorrências de roubos, latrocínio e tentativa de homicídio.

O Governo do Estado, na época não disponibilizou recursos financeiros para o Banco de Horas, que poderia garantir o pagamento de horas extraordinárias de serviço dos policiais envolvidos na operação.

Quanto aos pontos fracos e/ou dificuldades, encontrados na gestão do evento, à comunicação com o Comandante Geral da PMGO deixou a desejar.

O planejamento do evento foi adequado, e aplicado de forma estratégica, mas apenas nos últimos quatro dias do evento.

O segundo respondente entrevistado exerceu sua função no ano de 2008. A festa foi realizada em dez dias, teve como os principais eventos procissões, desfile de carros de bois, Shows artísticos.

O mesmo disse que houve monitoramento por meio de câmeras, e, segundo ele, o efetivo ordinário não foi suficiente, já o extraordinário foi suficiente, pois houve o apoio de toda Instituição PMGO, inclusive de Comandos especializados.

Segundo ele, o número de viaturas não foi suficiente, seria necessário o emprego de mais viaturas para maior mobilidade e visibilidade do efetivo.

A sua interação com o comando da Polícia Militar ocorreu dentro das normalidades, disponibilizando tudo o que foi possível.

A interação com o Governo Municipal foi satisfatória.

Quanto à interação com a Igreja Católica, “Matriz e Basílica”, foi totalmente satisfatória, onde contribuiu muito para o sucesso do evento. Teve uma parceria entre Polícia Militar e a Igreja Católica.

Os índices de criminalidade no período ocorreram dentro das normalidades, principalmente considerando o grande número de pessoas na cidade. Houve registros de ocorrências de roubos, latrocínio e tentativa de homicídio, havendo ocorrência de vulto.

O Governo do Estado, na época disponibilizou recursos financeiros para o Banco de Horas.

O principal ponto forte do Policiamento da Romaria sob seu comando foi à interação do mesmo, sobretudo com a Igreja Católica e seus gestores.

Quanto aos pontos fracos e/ou dificuldades, encontrados na gestão do evento, referem-se à disponibilidade de efetivo ordinário e estrutura para dinamizar ainda mais o policiamento e atuação da Polícia Militar.

O planejamento do evento foi adequado, e aplicado de forma estratégica, direcionando e otimizando os meios e recursos disponíveis.

O terceiro respondente conduziu a Operação Romaria por três anos consecutivos, sendo 2009, 2010 e 2011.

Segundo ele, a Festa do Divino Pai Eterno se inicia no décimo dia que antecede o primeiro domingo do mês de julho, que é o marco final e o ponto alto dos festejos, totalizando 10 (dez) dias. Todavia, a cidade sofre os reflexos desta grandiosa Festa muito antes de seu início e seus efeitos se protraem para depois de seu encerramento. Assim, normalmente o planejamento da “Operação” prevê o reforço de efetivo nos dias que antecedem e sucedem atividades regulares, tanto na parte “Religiosa” como na de “Entretenimento”, girando em torno de 20 (vinte) dias.

Os principais eventos ocorridos foram à caminhada da fé, procissões e novenas, desfiles de carros de boi, show artísticos, desfile de cavaleiros e missas todos os dias.

Houve monitoramento por câmeras, todavia, com espectro de atuação muito limitado, restringindo-se o monitoramento apenas a alguns pontos específicos dos festejos, dentre os quais se destacou as proximidades da Igreja Matriz, do Santuário Basílica e do Carreiródromo.

Segundo ele, o efetivo ordinário foi suficiente, especialmente por que no período de influência da Festa empregaram-se policiais que atuavam na área administrativa e nas demais subunidades do 22º BPM, no reforço aos trabalhos Ordinários realizados em Trindade.

O efetivo extraordinário também foi suficiente. Muito embora o número de faltas ao serviço tenha sido uma preocupação constante para a coordenação do Policiamento, o fato de poder contar com os recursos para pagamento dos serviços extraordinários possibilitava a reposição de parte do efetivo faltoso.

O número de viaturas disponibilizadas para o patrulhamento ostensivo durante a festa no ano de 2009 e 2010 não foi suficiente, sendo suficiente apenas no ano de 2011. Todavia, ano após ano, foi necessário o incremento deste valioso recurso, que além de contribuir para melhoria da mobilidade e conforto dos efetivos empregado (tendo em vista que figuravam como pontos de apoio para o SPO – policiamento a pé), contribui de forma determinante para a melhoria da sensação de segurança dos moradores de Trindade e dos visitantes e Romeiros.

A sua interação com o comando da Polícia Militar ocorreu dentro das normalidades, disponibilizando tudo o que foi possível. Assim sendo, ofereceu total apoio ao desenvolvimento da “Operação Romaria”, em todas as suas edições e sempre foi sensível às necessidades especiais geradas nesse período tão especial para os Goianos.

A interação com o Governo Municipal foi razoável em 2009, quando percebeu maior empenho e comprometimento com o sucesso das atividades desenvolvidas tanto na parte “Religiosa” como na parte de “Entretenimento”. Todavia, nos anos seguintes as dificuldades de relacionamento foram se acentuando, todavia os trabalhos foram realizados de forma satisfatória e apresentaram resultados positivos.

A Igreja Católica, através de seus principais representantes (Pe. Robson e Pe. Marco Aurélio), sempre esteve presente em todas as fases da “Operação Romaria”, participando ativamente do processo de tomada de decisões desde o planejamento à execução do policiamento e, também, no período chamado de “pós-festa”.

Em todos os anos que esteve à frente da “Operação Romaria”, os índices de criminalidade registrados durante os festejos foram reduzidos, especialmente quando comparados às edições anteriores, tendo alcançado todas as perspectivas traçadas no planejamento.

Durante o seu comando não foram registradas ocorrências de vulto em nenhuma das edições.

O Governo do Estado disponibilizou recursos financeiros para o banco de horas, sendo que os recursos foram disponibilizados atendendo integralmente o previsto nos respectivos planejamentos das Operações e foram suficientes para atendimento da demanda.

Segundo ele, nos três anos de seu comando foram transcorridos, alguns registros de ocorrências como: homicídio, latrocínio, roubo ou tentativa de homicídio.

Os resultados apresentados pela “Operação Romaria 2010” foram extremamente positivos e reforçam a convicção de que a proposta apresentada pela Polícia Militar, em 2008, de separação da parte “religiosa” da parte de “entretenimento” foi a melhor alternativa para diminuição dos riscos para a segurança pública durante a Festa do Divino Pai Eterno.

Foram cumpridas mais de 4.200 (quatro mil e duzentas) escalas de serviço, envolvendo um número aproximado de 1.500 (mil e quinhentos) Policiais Militares somente no policiamento da cidade de Trindade, sem contar as escalas e policiais empregados no patrulhamento das rodovias da região pelo Batalhão Rodoviário, especialmente na GO-060 (Rodovia dos Romeiros).

Segundo ele os pontos fracos e/ou dificuldades, encontrados na gestão do evento, foram:

- Descumprimento das determinações contidas na Ordem de Operações PM/GO, por parte de algumas das Unidades envolvidas no policiamento que deixaram de encaminhar os quantitativos previstos para cumprimento das escalas remuneradas, gerando dificuldades para o serviço;
- Déficit de oficiais subalternos para comando dos quadrantes, gerando sobrecarga aos responsáveis e perda de qualidade no serviço.
- Grande quantidade de faltas ao serviço;
- Atrasos na entrada e rendição dos Turnos de Serviço, em virtude da dificuldade de locomoção pelas ruas da cidade.
- Falta de água potável para atendimento aos policiais que se encontravam escalados no serviço de policiamento a pé;
- Precariedade da sinalização nas vias urbanas;
- Falta de material informativo para melhor orientação dos moradores, romeiros e visitantes.

O quarto respondente teve sua atuação no ano de 2012. Segundo ele a festa ocorreu entre os dias 26 de julho à 01 de julho.

Segundo ele, os principais eventos que ocorreram durante a Romaria foram: “Alvorada Festiva”, às 05h00min, e a “Procissão da Penitência”, que parte da Igreja Matriz às 05h30min, segue pela Rua Irany Ferreira e se encerra no Santuário Basílica do Divino Pai Eterno, eventos realizados durante todos os dias da Festa; “Desfile de Carros de Boi”, onde se verifica uma maior concentração de pessoas, ocorrendo à superlotação da cidade pelos fiéis e a realização de grandes missas campais, procissões, visitas de autoridades e personalidades de destaque, além da procissão de encerramento da Romaria; Romaria Arquidiocesana – trevo de Goiânia (Participação dos Vicariatos na Novena Solene); Romaria da Família Franciscana – Trevo de Goiânia - 10h – Missa com a Família Franciscana, em comemoração aos 800 anos do carisma de Sta. Clara; Saída da Romaria dos Militares – trevo de

Goiânia - 10h – Missa dos Militares no Santuário Basílica; Romaria dos Carros de Boi com bênção até as 15h; Missa dos Cavaleiros e Muladeiros – Santuário Basílica; Missa dos Carreiros – Praça da Basílica (Rede Vida); Missa Solene da festa; Procissão Luminosa de Encerramento, saindo da Matriz até a Praça do Santuário Basílica.

O mesmo disse que houve monitoramento por meio de câmeras, e, segundo ele, o efetivo ordinário e extraordinário foram suficientes. O número de viaturas foi necessário.

A sua interação com o comando da Polícia Militar do Estado de Goiás, foi muito boa, o qual ofereceu o suporte necessário para desenvolvimento satisfatório das ações programadas no decorrer da Festa do Divino Pai Eterno do ano de 2012.

Segundo ele, a parceria celebrada com o Município de Trindade foi satisfatória, uma vez que todos os compromissos assumidos foram cumpridos.

O Comando do 22º BPM manteve um relacionamento intenso e integrado com a direção da Igreja Católica em Trindade, participando efetivamente das reuniões que definiram as ações e os eventos realizados relacionados às festividades.

No ano de 2012 durante as festividades do Divino Pai Eterno, os índices de criminalidades não fugiram à normalidade, inexistindo um acréscimo nas ocorrências reativas, muito pelo contrário, houve sim um crescimento nas ocorrências proativas.

Segundo ele, o valor disponibilizado pelo Governo, para aplicação no banco de horas foi suficiente.

Os pontos fortes do Policiamento da Romaria sob seu comando, foram a realização do planejamento antecipado das ações e a busca das parcerias com a Igreja, Município, Comando da PMGO e Governo do Estado de Goiás.

A tropa empregada soube responder com eficiência as ordens recebidas e as orientações repassadas pelo Comando da Unidade.

Quanto aos pontos fracos e/ou dificuldades, encontrados na gestão do evento, foi em relação à estrutura da cidade para receber o grande número de romeiros durante o evento religioso, é deficitário. Enfim, seu planejamento do evento foi adequado.

Destarte, a contribuição dos quatro últimos comandantes, na qualidade de gestor e comandante à época no ano de 2013, nota-se significativa melhora nos índices. A festa foi realizada em dez dias, teve como os principais eventos a

caminhada da fé, procissões e novenas, desfiles de carros de boi, show artísticos, desfile de cavaleiros e missas todos os dias.

Houve monitoramento por meio de câmeras em vários pontos estratégicos da cidade, o efetivo empregado, tanto ordinário como extraordinário foi suficiente, vale ressaltar que o numero de viaturas também foi satisfatório.

Em se tratando da interação do mesmo com o comando da Polícia Militar, respondeu que foi excelente, pois houve contato direto com o comandante da PMGO, o qual ofereceu todo apoio necessário por se tratar de uma festa de grande porte e de responsabilidade a nível estadual.

A interação com o Governo Municipal foi ótima, pois todas as reivindicações ao prefeito foram atendidas, as câmeras instaladas para a proteção dos romeiros durante a romaria, foram colocadas pelo chefe do executivo municipal.

Quanto à interação com a Igreja Católica, “Matriz e Basílica”, também foi fundamental, pois foram realizadas reuniões importantes com o reitor do santuário a época das festividades.

Os índices de criminalidade no período não demonstraram nenhum tipo de ocorrência de vulto, sendo que seu policiamento foi aplicado de maneira eficaz e estratégica.

Não houve registros de ocorrências de vulto como: roubos, furtos, homicídios e outros.

O Governo do Estado de Goiás disponibilizou recurso financeiro para o Banco de Horas, sendo o mesmo satisfatório.

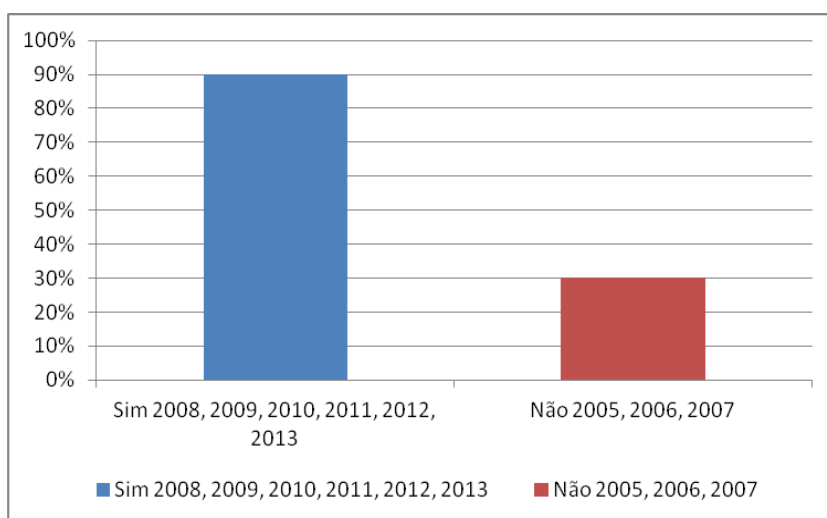
Quanto aos pontos fracos e/ou dificuldades, encontrados na gestão do evento, foi apenas alguns atrasos na entrada e rendição dos Turnos de Serviço, principalmente nos 04 (quatro) últimos dias da Festa (de quinta-feira a domingo), em virtude da dificuldade de locomoção pelas ruas da cidade.

O plano de policiamento foi adequado, e aplicado de forma estratégica e eficaz, culminando ao final com êxito da missão.

3.2 Comparação entre o ano de 2013 com os anos anteriores

Conforme entrevistas realizadas, pode ser feita uma comparação da atuação do Comandante de 2013 com os anos anteriores que foram os anos de 2005, 2006, 2007, 2008, 2009, 2010, 2011 e 2012.

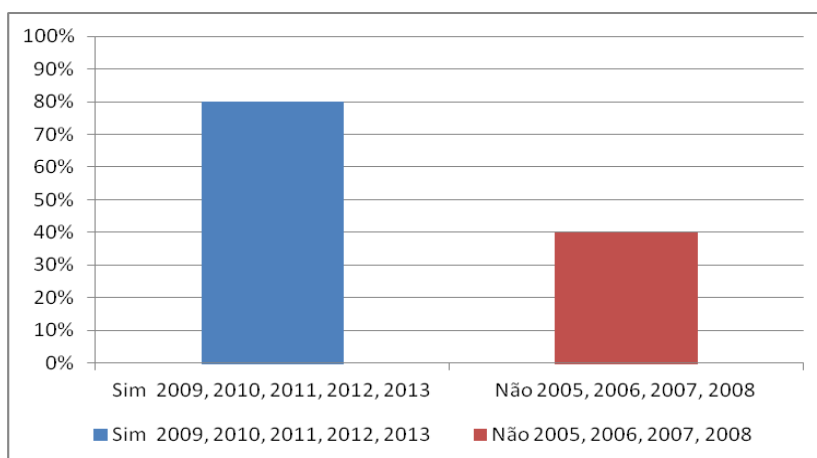
Gráfico 01: Houve monitoramento por meio de câmeras no decorrer de seu comando?



Fonte: Dados da pesquisa.

Conforme exposto no gráfico acima, apenas nos anos de 2005, 2006 e 2007 não houve monitoramento por meio de câmeras.

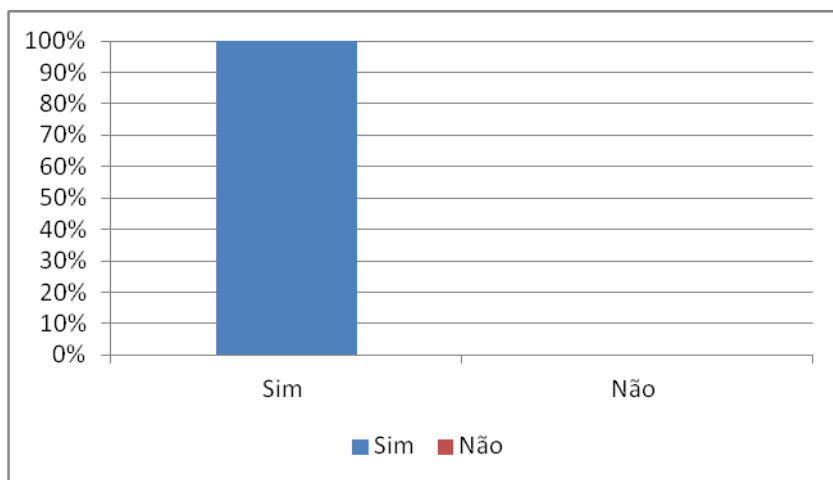
Gráfico 02: O efetivo ordinário foi suficiente?



Fonte: Dados da pesquisa.

Segundo resultados da pesquisa, apenas nos anos de 2005, 2006, 2007 e 2008, o efetivo ordinário não foi suficiente, sendo que nos demais anos analisados foram.

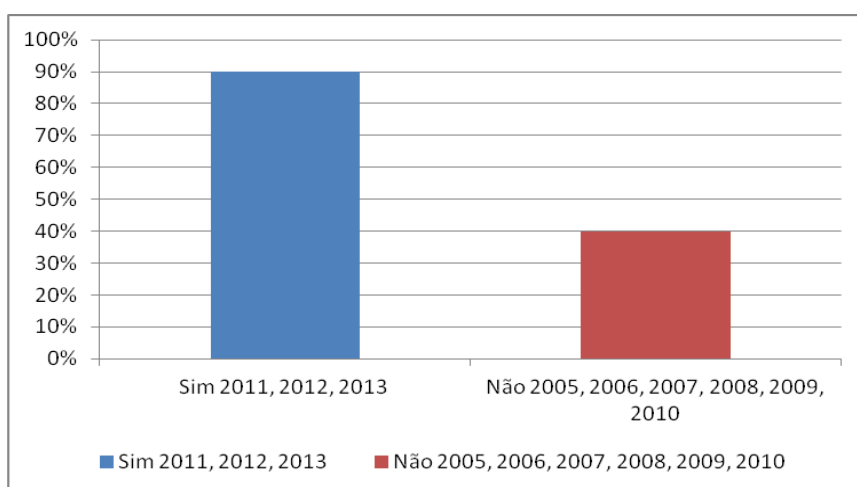
Gráfico 03: O efetivo extraordinário foi suficiente?



Fonte: Dados da pesquisa.

Conforme exposto no gráfico, o efetivo extraordinário foi suficiente em todos os anos analisados.

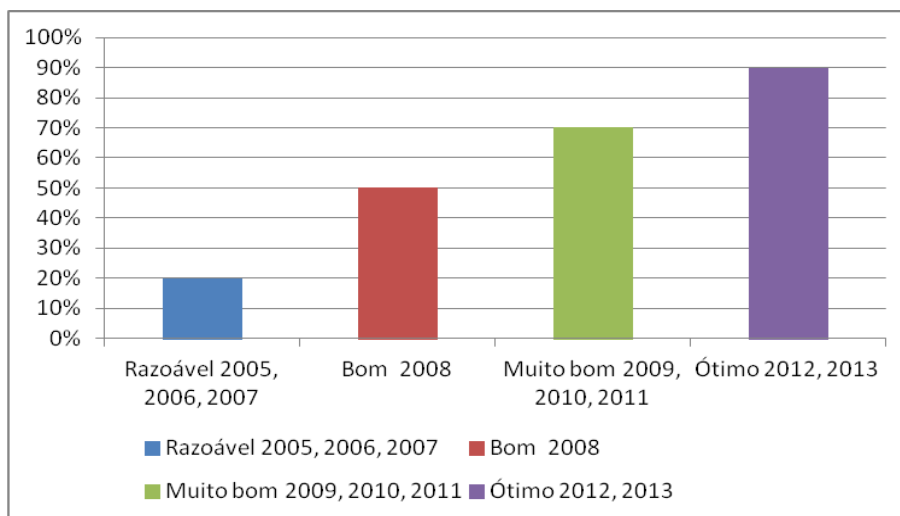
Gráfico 04: O número de viaturas foi satisfatório?



Fonte: Dados da pesquisa.

Conforme analisado, o número de viaturas foi satisfatório apenas nos anos de 2011 a 2013, sendo não satisfatório nos anos de 2005 a 2010.

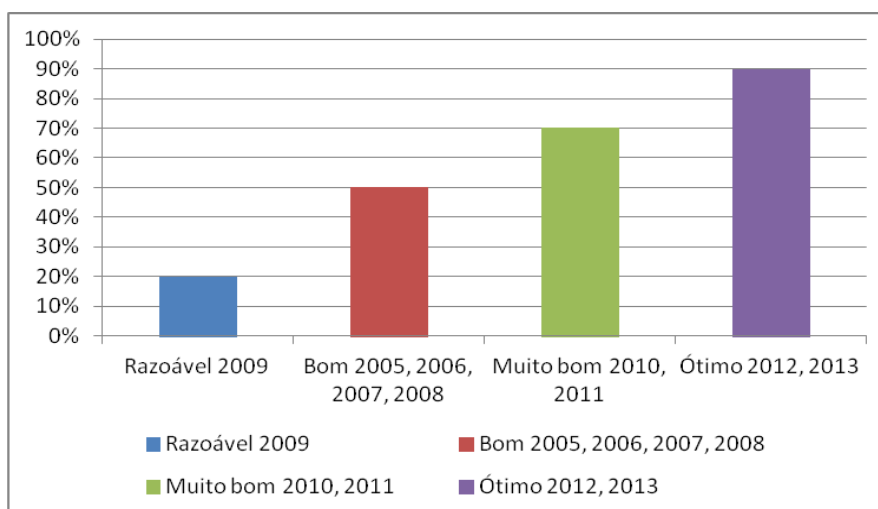
Gráfico 05: Interação com o comando da Polícia Militar do Estado de Goiás



Fonte: Dados da pesquisa.

Conforme o gráfico exposto, a interação com o comando da Polícia Militar do Estado de Goiás, nos anos de 2005 a 2007, foi razoável, no ano 2008 bom, nos anos de 2009 a 2011 foi avaliado como muito bom e nos anos de 2012 e 2013 foi ótimo.

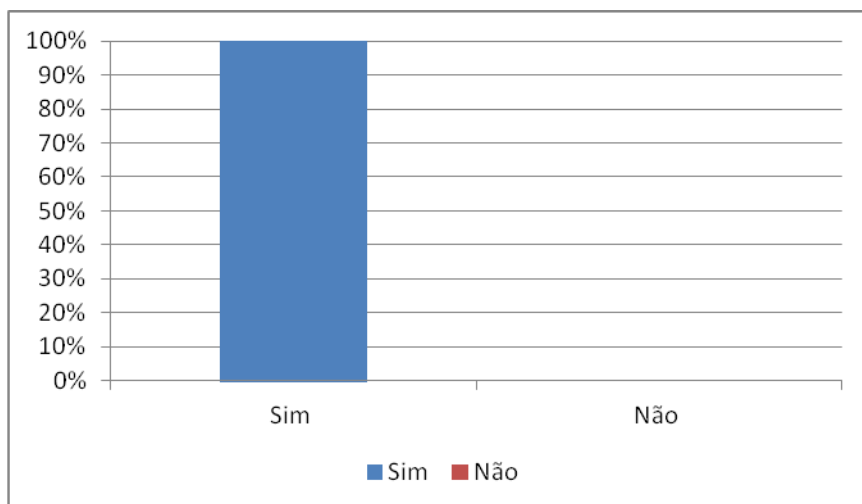
Gráfico 06: Interação com o Governo Municipal



Fonte: Dados da pesquisa.

Conforme o gráfico exposto, a interação com o Governo Municipal, no ano de 2009 foi razoável, nos anos de 2005, 2006, 2007 e 2008 bom, nos anos de 2010 e 2011 foi avaliado como muito bom e nos anos de 2012 e 2013 foi ótimo.

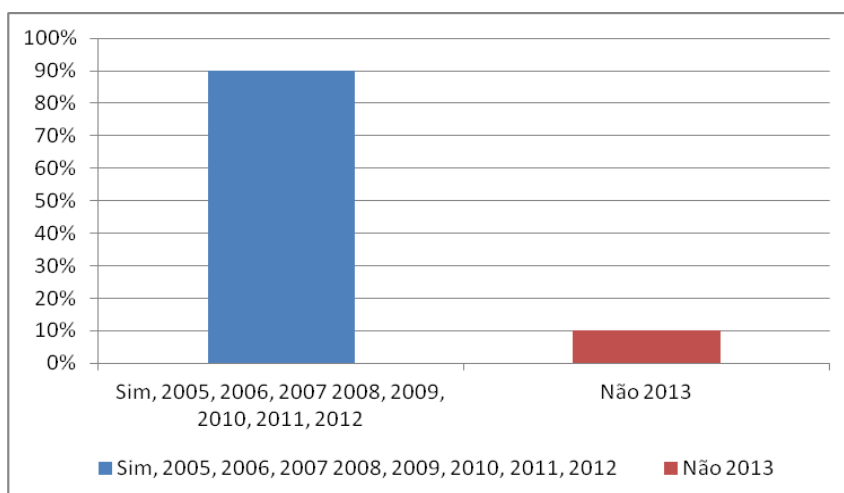
Gráfico 07: Interação com a Igreja Católica, “Matriz e Basílica” foi favorável



Fonte: Dados da pesquisa.

A interação com a Igreja Católica, “Matriz e Basílica” foi favorável em todos os comandos.

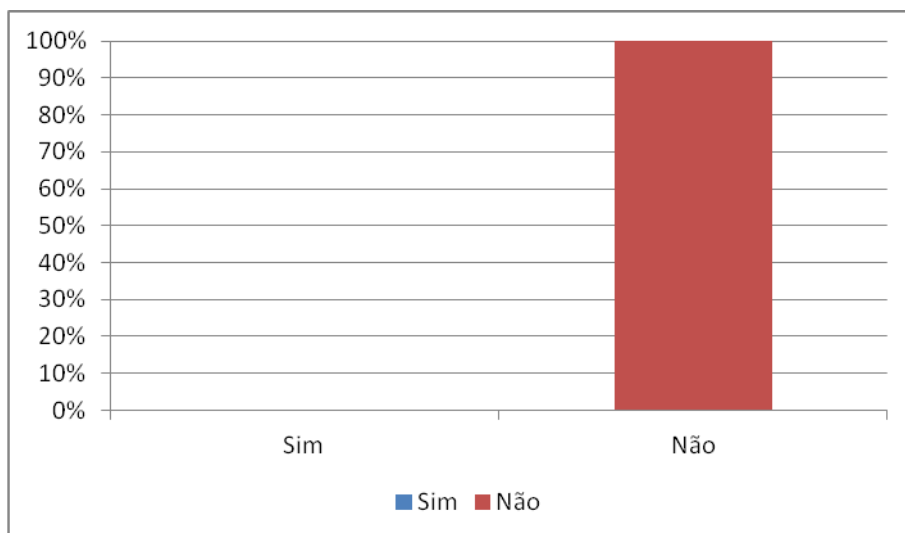
Gráfico 08: Houve índices de criminalidade no período, como registros de ocorrências de roubos, latrocínio e tentativa de homicídio?



Fonte: Dados da pesquisa.

Conforme exposto, houve índices de criminalidade nos períodos anteriores de 2013, como registros de ocorrências de roubos, latrocínio e tentativa de homicídio.

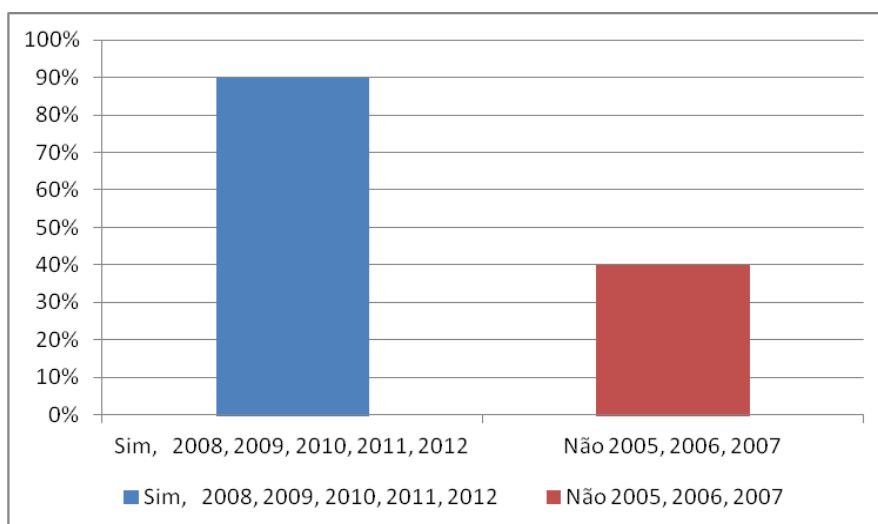
Gráfico 09: Houve ocorrência de vulto.



Fonte: Dados da pesquisa.

No ano de 2013 não houve registro de ocorrência de vulto, durante a festa do Divino Pai Eterno.

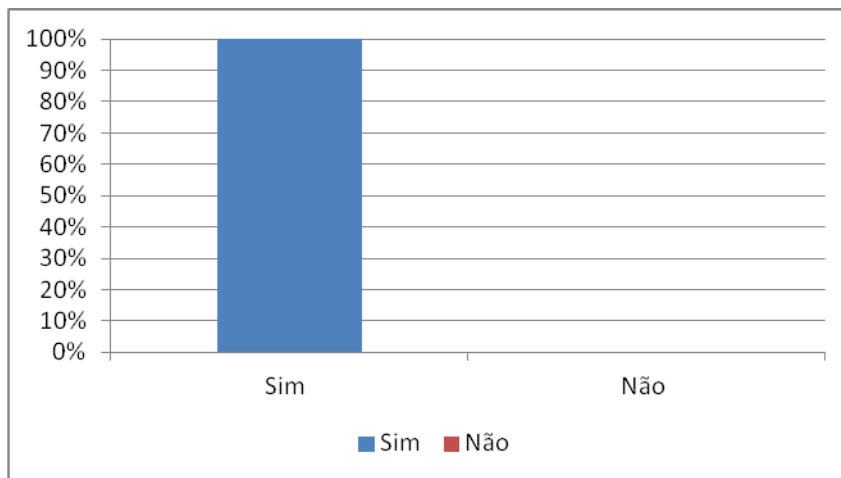
Gráfico 10: Em seu comando teve disponibilização de recursos financeiros para o Banco de Horas pelo Governo do Estado de Goiás?



Fonte: Dados da pesquisa.

Em relação a recurso financeiros para o Banco de Horas pelo Governo do Estado de Goiás, apenas nos anos de 2005 a 2007, que não teve esta disponibilização.

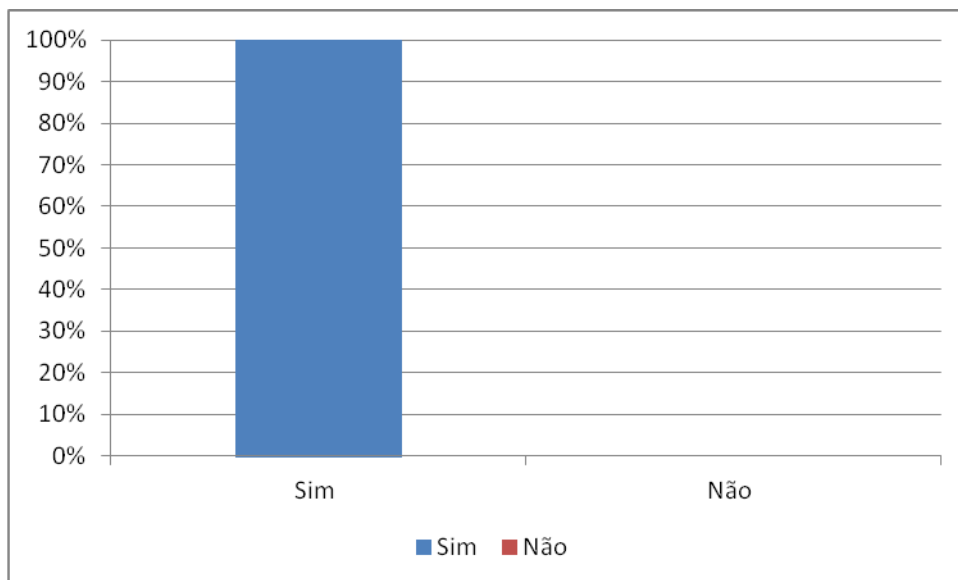
Gráfico 11: Tiveram pontos fracos e/ou dificuldades, encontrados na gestão do evento?



Fonte: Dados da pesquisa.

Em todos os comandos, tiveram pontos fracos e/ou dificuldades, encontrados na gestão do evento. Cabe ressaltar que a dificuldade do ano de 2013 foi bem menor se comparado aos anos anteriores.

Gráfico 12: O planejamento do evento foi adequado?



Fonte: Dados da pesquisa.

O planejamento do evento foi adequado em todos os anos.

3.3 Resultados da Pesquisa

No ano de 2008, ocorreu a separação da parte “religiosa” da parte de “entretenimento”, sendo esta transferida para o carreiródromo da cidade, sendo a melhor alternativa para diminuição dos riscos para a segurança pública durante a Festa do Divino Pai Eterno. Por meio desta separação, na avenida principal onde era a área de entretenimento, foram proibidas vendas de bebidas alcoólicas, com isso foram diminuídos os índices de criminalidade neste local, passando a existir barracas apenas de comidas e bingos.

Deste modo, a restrição ao comércio de bebidas alcoólicas na região central e o deslocamento dos bares, boates e congêneres para a região do ‘Carreiródromo’, no Parque Municipal, recebeu apoio integral da Igreja, do Ministério Público, Poder Judiciário, Corpo de Bombeiros Militar, Polícia Civil, Câmara Municipal, da Prefeitura e dos moradores de Trindade, e tem favorecido a realização dos serviços de policiamento ostensivo/preventivo, permitindo uma melhor organização dos espaços públicos e uma melhor recepção e orientação dos romeiros e turistas.

Dentre os resultados da pesquisa no decorrer do evento Romaria do Divino Pai Eterno foram constatadas algumas oportunidades e ameaças.

As variáveis negativas detectadas sob todos os comandos anteriores ao de 2013 foram:

- Descumprimento das determinações contidas na Ordem de Operações PM/GO, por parte de algumas das Unidades envolvidas no policiamento que deixaram de encaminhar os quantitativos previstos para cumprimento das escalas remuneradas, gerando dificuldades para o serviço;
- Déficit de oficiais subalternos para comando dos quadrantes, conforme previsto no Plano de Policiamento, gerando sobrecarga aos responsáveis e perda de qualidade no serviço de orientação e fiscalização dos policiais empregados;
- Grande quantidade de faltas ao serviço;
- Atrasos na entrada e rendição dos Turnos de Serviço, principalmente nos 04 (quatro) últimos dias da Festa (de quinta-feira a domingo), em virtude da dificuldade de locomoção pelas ruas da cidade e, conseqüentemente, acesso aos postos de serviço;

- Falta de água potável para atendimento dos componentes do policiamento causando desconforto especialmente aos policiais que se encontravam escalados no serviço de policiamento a pé e em postos fixos;
- Precariedade da sinalização nas vias urbanas, especialmente das regiões onde havia orientação para restrição no trânsito ou estacionamento de veículos;
- Falhas na fiscalização e repressão ao comércio ambulante, especialmente de bebidas alcoólicas nas áreas restritas a parte religiosa da Festa, por parte dos organismos estaduais e municipais competes.
- Falta de material informativo para melhor orientação dos moradores, romeiros e visitantes, que deveria ser providenciado pelo município.
- Estrutura da cidade para receber o grande número de romeiros durante o evento religioso, é deficitário.

Assim sendo de acordo com o comandante, nestes três anos de atuação o planejamento do evento foi adequado, e aplicado de forma estratégica.

E no comando de 2013, a única dificuldade encontrada foi em relação aos atrasos na entrada e rendição dos Turnos de Serviço, principalmente nos 04 (quatro) últimos dias da Festa (de quinta-feira a domingo), em virtude da dificuldade de locomoção pelas ruas da cidade e, conseqüentemente, acesso aos postos de serviço.

Quanto às oportunidades, conforme resultados da pesquisa, as variáveis positivas do Policiamento da Romaria foram à realização do planejamento antecipado das ações e a busca das parcerias com a Igreja, Município, Comando da PMGO e Governo do Estado de Goiás, proporcionando assim uma maior tranquilidade no emprego racional da logística disponibilizada.

Conclui-se que no ano de 2013, foram encontradas mais oportunidades do que ameaças, sendo um evento realizado e concretizado com grande êxito.

4 CONCLUSÃO

O objetivo do presente estudo foi o de mostrar uma análise geral das variáveis das ameaças e oportunidades para o policiamento ostensivo da Polícia Militar do Estado de Goiás, relacionadas à Romaria do Divino Pai Eterno.

Respondendo o problema apresentado sobre as ameaças e oportunidades que o policiamento ostensivo da Polícia Militar encontra na realização da Romaria do

Divino Pai Eterno, conforme exposto, uma das ameaças para que este evento não ocorra de maneira eficaz, portanto, é a falta da parceria do Poder Executivo do Governo Estadual de Goiás, assim como o Poder do Governo Municipal de Trindade e da Igreja Basílica e Matriz. Por meio da falta de recursos financeiros e de parcerias, seria impossível obter o sucesso no decorrer de todo o evento.

Quanto às oportunidades, conforme resultados da pesquisa, pode-se dizer que os pontos fortes do Policiamento da Romaria foram à realização do planejamento antecipado das ações e a busca das parcerias com a Igreja, Município, Comando da PMGO e Governo do Estado de Goiás, proporcionando assim uma maior tranquilidade no emprego racional da logística disponibilizada.

No passado os índices de criminalidade na Romaria eram expressivos, principalmente em relação a homicídios, assaltos e roubos. Contudo, por meio de um policiamento ostensivo realizado com eficácia e estratégia, tais problemas foram minimizados. No ano de 2013, por exemplo, não foi registrada nenhuma ocorrência grave durante todo o evento e isto se deve ao fato do planejamento e atuação da Polícia Militar do Estado de Goiás (PMGO) a qual empregou mais de 5.000 Polícias Militares.

Verifica-se todavia que o policiamento só pode ser concretizado com a eficácia, se a Secretaria de Segurança Pública, a Prefeitura e a PMGO estiverem sempre unidas neste objetivo que é o de garantir a segurança da sociedade.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 5.172 de 25 de outubro de 1966** – Dispõe sobre o Sistema Tributário Nacional e institui normas gerais de direito tributário aplicáveis à União, Estados e Municípios.. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5172.htm>. Acesso em: 25 de abr. 2014.

DEUS, Maria Socorro; SILVA, Mônica Martins. **Histórias de Goiás 4: histórias das festas e religiosidades em Goiás**. AGEPEL, 2002.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanell. **Direito Administrativo**. 25. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

GASPARINI, Diógenes. **Direito Administrativo**. 17. ed., São Paulo: Saraiva, 2012.

JACÓB, Amir Salomão. **A Santíssima Trindade do Barro Preto: História da Romaria de trindade**. Goiânia: Alternativa, 2000.

MEDAUAR, Odete. **Direito Administrativo Moderno**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010.

MELLO, Celso Antônio Bandeira de. **Curso de Direito Administrativo**. 19. ed. São Paulo: Malheiros. 2010.

APÊNDICE

ACADEMIA DE POLÍCIA MILITAR CAESP – CURSO DE ALTOS ESTUDOS DE SEGURANÇA PÚBLICA

TEMA: Romaria do Divino Pai Eterno, Ameaças e Oportunidades

Questionário aplicado aos 04 (quatro), últimos comandantes do 22º Batalhão situado na cidade de Trindade - GO, que comandaram o policiamento da Tradicional Festa do Divino Pai Eterno.

QUESTIONÁRIO

01 - Em qual ano o Sr. Comandou o policiamento da Romaria do Divino Pai Eterno? _____

02 - Foram quantos dias de Festa? _____

03 - Quais foram os principais eventos que ocorreram durante a Romaria?

04 - Houve monitoramento por câmeras?

05 - O efetivo Ordinário foi suficiente?

06 - O efetivo Extraordinário foi suficiente?

07 - O número de viaturas foi necessário ?

08 - como foi a sua interação com o comando da Polícia Militar ?

09 - como foi a sua interação com o Governo Municipal ?

10 - como foi a sua interação com a Igreja Católica, “ Matriz e Basílica” ?

11- Como você analisa os índices de criminalidade no período ?

12 - Houveram ocorrências de vulto ?

13 - Na época o Governo do Estado, disponibilizou, verba para o banco de horas?
Se afirmativo, a verba foi suficiente ?

14 - Quais os pontos fortes do Policiamento da Romaria sob vosso comando ?

15 - Quais os pontos fracos e/ou dificuldades, encontrados na gestão do evento?

16 - O planejamento do evento foi adequado, e aplicado de forma estratégica?
